III Centenário da morte de Camões (1880)

Carlos Cunha
(carmel@ilch.uminho.pt)
Universidade do Minho

Em 10 de Junho de 1880 comemorou-se o tricentenário da morte de Camões, em grande parte devido à iniciativa de Teófilo Braga. A Comissão executiva do centenário, eleita pelos jornalistas e organizada por Latino Coelho, era composta por nove membros, todos eles homens de esquerda e republicanos, com excepção de Pinheiro Chagas. Foi através de Teófilo que a comissão conseguiu que um deputado do governo, Simões Dias, apresentasse ao parlamento um projecto para que o dia 10 de Junho fosse considerado de festa nacional (Braga, 1892, II: 419). Ramalho Ortigão redigiu o programa de um cortejo simbólico, que representava o povo e as suas sucessivas conquistas de liberdade. No conjunto, foi evidente a desconfiança e a má vontade dos poderes públicos perante o Centenário, como sublinha Teófilo (*id.*: 420-4).

O Camões das comemorações, mantendo a mitologia romântica, aparece com uma carga ideológica muito forte, que faz emergir o lado épico da história pátria para melhor acentuar o contraste com a decadência do presente, o que o *Ultimatum* e a questão colonial (*the scramble for Africa)* vieram reforçar. É que o Camões das comemorações aparece, nas palavras de Teófilo Braga, "symbolisando todas as aspirações da nacionalidade portugueza, as suas glorias e os seus desastres." (1880: 16). Transforma-se assim num militante forçado da causa republicana.

Ao elaborar a *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Teófilo Braga considera o 10 de Junho de 1880 "o começo de uma era nova" da "democracia portuguesa". Nas circulares da comissão executiva da imprensa para as comemorações, Teófilo definia as comemorações camonianas como um "começo para uma éra nova" e afirma que "todos unanimemente sentem que se entra na aurora de uma época nova de revivificação" (1891: 275), que "para Portugal inteiro é o começo de uma éra nova, o da revivescencia da nacionalidade." (*id.*: 277-8). Camões, comemorado enquanto mito nacional e representação simbólica colectiva torna-se assim um paradigma da nação e da sua "idade heróica", de forma a incentivar os portugueses à regeneração.

Teófilo Braga, o "arquitecto" do Tricentenário, explicita este objectivo de "revivescência" nacional num discurso proferido no Congresso das Associações Portuguesas. O Camões proposto por Teófilo Braga é agora uma arma ideológica dos republicanos contra o regime. Além do cortejo cívico promovido pela comissão de imprensa que organizou os festejos do Tricentenário, merece destaque a entronização de Camões no Panteão dos Jerónimos. A estátua erigida em 1867 em Lisboa torna-se um local da peregrinação, tanto nas Comemorações como no *Ultimatum* (quando a cobriram de crepes), aparecendo na obra queirosiana como um símbolo da nação. Assim, as comemorações de 1880, com a contribuição da imprensa, de intelectuais e artistas, que prepararam

o ambiente da consagração nacional de 1880, contribuíram para a "democratização" de Camões. Após a instauração da República, Teófilo colocava o Tricentenário na sua génese (cf. 1911: 741).

Em termos nacionais, Teófilo considera *Os Lusíadas* um bastião da liberdade e da soberania nacionais, desde a Restauração à Revolução liberal, e em particular com a ideia republicana: "Na eloquencia dos factos, em as trez Revoluções de 1640, 1820 e 1910, em que Portugal reconquistou a sua autonomia e reassumiu a soberania nacional, os *Lusiadas* actuaram como o livro que conserva a tradição de uma raça; bem merecem o titulo de *Biblia Lusitana*, que synthetisa a sua potencia moral." (*id*.: 742-3). Camões passa assim a ser valorizado porque "teve o poder de provocar a sympathia social." (1891: VI). Foi sobretudo nas épocas de crise, conclui Teófilo, que "a sympathia social pela obra de Camões augmentou de intensidade, chegando ao ponto de identificar-se com o sentimento nacional." (*id*.: 266); "E o momento sublime e claramente comprehendido d' essa identificação, foi a festa triumphal do terceiro Centenario de Camões." (1914: 545).

As comemorações provêm das festas cívicas da Revolução Francesa, da concepção de grande homem de Oitocentos e "de um mitigado culto da humanidade", herdado de Comte. Constituem representações simbólicas dos Estados-Nação para "consensualizarem o seu poder", substituindo as formas e funções do ritualismo religioso, para construir uma nova memória nacional, com a sua hagiografia secular e um calendário de festas cívicas. Como na tradição católica, elege-se o dia da morte, já que também se aprecia o mérito de uma vida. O grande homem tem uma exemplaridade típica e uma capacidade profética. Logo, há uma vivificação (selectiva) do passado, extraindo-se aos mortos uma mais-valia simbólica. As comemorações servem assim para re/fundar genealogias e agrupar "famílias" ideológicas (que se auto-estabelecem como tradição), pelo que envolvem uma forte dimensão política, na medida em que apenas se comemora o que tem relevo simbólico para um dado grupo e na medida em que o padrão das comemorações é na sua génese republicano.

Para os positivistas em geral, e para Teófilo em particular, estas celebrações permitiam exaltar a solidariedade nacional, sendo autênticas lições móveis de história, religando os indivíduos a uma totalidade que os podia motivar para a acção. Em *Os Centenários* (1884), Teófilo Braga sublinha que as nações se movem mais por sentimentos do que por ideias e que a sua força se mede pela sua solidariedade com o passado e a aspiração para o futuro, pensando que o essencial seria despertar na comunidade nacional o sentimento da sua tradição, pela veneração dos grandes homens, o que se devia manifestar nas festas nacionais e na celebração dos centenários de grandes homens, em que se afirmariam os sentimentos altruísta e de solidariedade. Por outro lado, considera que os grandes homens facilitam e impulsionam a transição para uma nova síntese social. A vida afectiva devia encontrar os seus estímulos na "solidariedade pátria" e no "ideal nacional",

conduzindo o sentimento individual da personalidade (egoísta) para o sentimento colectivo da sociabilidade e dos imperativos cívicos (altruísmo).

Teófilo Braga distingue, como Comte, três grandes faculdades humanas (vontade, sentimento e inteligência), das quais Comte deduziu a teoria das três sinteses sociais, a activa, a especulativa e a afectiva, que se manifestam respectivamente nas exposições, nos congressos científicos e na celebração dos centenários dos grandes homens ou dos grandes feitos. Os sentimentos eram, segundo Comte, o sustentáculo da "ordem ocidental", na medida em que fundamentavam a solidariedade social, substituindo a antiga síntese afectiva de natureza religiosa (cf. Braga, 1891: 307-8). A síntese afectiva é assim substitutiva das religiões, constituindo uma hagiografia laica. Os heróis celebrados seriam uma garantia da ordem, na medida em que a eles se submeteriam os mais fracos, venerando-os e reconhecendo-os como chefes (Braga, 1884: 16-7). Assim, o culto dos heróis promoveria a regeneração. Teófilo não acompanha as formas religiosas de Comte e a sua "religião da humanidade", mas considera que a síntese afectiva, "correspondendo às novas noções moraes da solidariedade humana, manifesta-se pelos *Centenarios* dos Grandes Homens, ou dos grandes sucessos" (*id.*: vi). Se Teófilo não aceita o misticismo comtiano, não deixa de ter em conta a alta significação moral da comemoração dos grandes homens europeus (Camões, Calderón, Voltaire, Marquês de Pombal e Diderot), "que nos accordam a consciencia da solidariedade da civilisação occidental, na sua crise mais activa de transformação entre o seculo XVI e o seculo XVIII." (*ibid.*). A seu ver, "A consciencia moderna achou a fórma perfeita na sua synthese affectiva", "força coordenadora da sociedade moderna e promotora da "nova concordancia moral" (*id.*: ix). Por isso, ao fazer um balanço do Tricentenário de Camões, considera que houve uma convergência do sentimento nacional e a expressão moral dada pela filosofia, numa aplicação da doutrina positiva, "que pelo seu valor synthetico produziu um saudavel abalo na consciencia do povo portuguez." (1892, II: 416).

Os textos escritos por Teófilo aquando do Tricentenário, reunidos no significativo *Camões e o Sentimento Nacional* (1891), apresentam Camões como patrono cívico da ressurreição da pátria, uma espécie de santo padroeiro do culto da Humanidade. No contexto da "síntese afectiva" (moral e estética), Teófilo integra Camões no quadro da sua Teoria dos Grandes Homens, que foram os que fizeram prevalecer os valores religiosos e espirituais sobre o arbítrio do poder temporal. A comemoração dos grandes homens é assim uma espécie de "hagiografia laica", a celebração das figuras mais representativas do progresso humano nas diversas épocas históricas, para dar a conhecer ao povo português um passado glorioso e revigorá-lo nas suas tradições, para dar coesão e unidade à consciência e ao sentimento nacionais.

Na comemoração camoniana de 1880 celebrou-se sobretudo a antiga grandeza épica da pátria e os Descobrimentos, que a epopeia imortalizou, imbricando-se a teoria romântica e

positivista dos "grandes homens". Se *Os Lusíadas* celebravam uma época heróica, e se representavam o sentir colectivo da sua época, a épica dava expressão paradigmática à grandeza da época de Quinhentos. Do ponto de vista da história literária, são importantes para esta exaltação dos Descobrimentos e de Camões os estudos de Teófilo e Oliveira Martins, que apesar da visão negativa de Herculano, consagraram o século XVI como a "Idade de Ouro" da nossa história e os descobrimentos como o período inaugural da própria modernidade europeia. As comemorações do Tricentenário e a valorização dos Descobrimentos coincidem ainda com a fase do "regresso a África". Nas palavras de Teófilo, as comemorações foram a "reivindicação do logar que nos compete na perpetuidade da historia pela acção directa que exercêmos provocando o advento da civilisação moderna." (1880: 17). Portugal tinha salvo a Europa da invasão turca e Camões cantava a Europa moderna, mercantil e cosmopolita, pacífica e científica, que começa no século XVI, com a descoberta dos portugueses do caminho marítimo para o Oriente.

Segundo Antero, Oliveira Martins tinha o mérito de ter articulado a dimensão nacional de Camões com a sua dimensão universal, integrando-o no movimento da Renascença (cf. 1872: 29). Por outro lado, Camões, enquanto artista da Renascença integra-se na modernidade europeia. Antero de Quental considera pois Camões um profeta da modernidade e "os Lusiadas como uma das grandes obras dos tempos modernos. A imaginação prophetica do poeta anticipa tres seculos da historia psychologica da humanidade." (*id*.: 30).

Não é muito diferente o que escreve Oliveira Martins na revisão do seu ensaio: "Camões não é só o epico portuguez da força e da fé, nem o epico da sciencia e do commercio: é tambem o vate do pensamento philosophico moderno." (1891: 186). De epopeia nacional, *Os Lusíadas* transformam-se na epopeia da Europa moderna porque exprimem o optimismo heróico da Renascença e celebram as descobertas, que eram, segundo Oliveira Martins, o facto mais importante da Renascença, consagrando assim o povo português (cf. 1891: 14 e 32).

O próprio Teófilo Braga virá a considerar o século XVI o período de maior actividade da língua e da literatura portuguesa. Na *Recapitulação* enfatiza o seu juízo ao afirmar que foi "O maior seculo da historia, o seculo XVI" (1914: 23). Concorda finalmente, sem o confessar, com o Antero que afirmava que "A época nacional portugueza, por excellencia, é o seculo XVI." (Quental, 1872: 27).

Teófilo, em conjugação com as leituras de F. Schlegel, Magnin, Quinet, Humbolt e mediante filosofia da história comtiana e a teoria dos grandes homens, afirma que, em termos históricos e culturais, a epopeia imortalizou a época em que Portugal iniciou as actividades comerciais e a "actividade pacífica da indústria", em que as "civilizações militares" mediterrânicas teriam sido substituídas pelas "civilizações industriais", voltadas para o Atlântico. Camões universalizou esta missão de Portugal ao abrir caminho à actividade industrial e de "luta pacífica" (1891: 309; cf. 62-

3): "é o poeta da Europa moderna, da Europa cosmopolita, pacífica e científica que começa no séc. XVI." (1884: 18).

Para julgar a arte camoniana, segundo Teófilo, era necessária uma teoria da história universal que a permitisse compreender. Camões é assim entendido como um poeta nacional e cosmopolita. Se o critério rapsódico o tinha conduzido a considerar Camões como a síntese afectiva da nacionalidade, o porta-voz de um povo, a concepção individual da epopeia e a filosofia da história comtiana permitem-lhe conceber Camões como um poeta representativo da "ocidentalidade" e da Renascença, na medida em que deu expressão às navegações pátrias, que inauguraram a modernidade europeia (cf. 1911: 336). Teófilo afirma agora que "A ideia da grandeza de Roma fez comprehender a Camões a missão historica de Portugal no momento da sua potente acção dos Descobrimentos. Continuava o Imperio na marcha da humanidade pela actividade pacifica." (*id*.: 309). À luz da concepção comtiana da "civilização ocidental", Camões enquadra-se num tríptico que condensa a própria evolução da humanidade: "A Virgilio, o alto representante do fim do regimen polytheico, a Dante, que illuminou a noite da Edade média, no comêço da dissolução do regimen catholico feudal, succede aquelle que mais sentiu e melhor exprimiu todas as energias e aspirações da Renascença - Camões. Foi a comprehensão do momento historico, revelado pelo sentimento da patria, que lhe deu a supremacia poetica." (*id*.: 329).

Camões faz parte do pequeno número de eleitos que pressentiram e iluminaram a marcha da Humanidade, "os poetas da Civilisação occidental", cujas epopeias são sínteses "das ultimas tres grandes edades sociaes", "relacionadas entre si, como que os cantos cyclicos da Epopêa da Humanidade." (1911: 337-9). A consagração de Camões passa assim pelo facto de se transformar numa espécie de "património da humanidade"

Para esta nova visão da épica camoniana contribuiu de modo decisivo a revisão interpretativa da Renascença efectuada por Teófilo Braga. Em termos da interpretação d' *Os Lusíadas*, Teófilo explica a coexistência dos dois tipos de maravilhoso pela duplicidade sentimental do espírito da Renascença, considerando que se trata de um sincretismo típico da transição para a Renascença. Camões é assim elogiado por ter conseguido, como Miguel Ângelo e Leonardo da Vinci, dar expressão à continuidade das duas idades, porque "sentiu em si as *duas almas*" e na estrutura do maravilhoso "soube restabelecer a solidariedade entre o mundo antigo e o medieval, no argumento do poema soube determinar um facto que é nacional pela iniciativa, mas que pelos resultados pertence á éra moderna da Civilisação occidental." (1873: 76). O mérito de Camões não reside apenas no facto de ser o porta-voz da nacionalidade. Ele passa a ser exaltado por ter conciliado e harmonizado os "dois espíritos" ou as "duas almas" da Renascença, a dimensão tradicional (medieval e popular) e a dimensão clássica do Renascimento.

Deste modo, articula a dimensão nacional e universal d' *Os Lusíadas*. Ao mesmo tempo, rebate a crítica iluminista relativa aos dois tipos de maravilhoso e a perspectiva de Hegel, que apontava o contraste existente entre o assunto nacional e o classicismo da obra camoniana.

De um modo global, a Geração de 70 contribuiu assim decisivamente para a valorização d' *Os Lusíadas* como obra cosmopolita que abriu as portas da modernidade. Mas Antero e Oliveira Martins mostraram-se extremamente críticos em relação às celebrações do Tricentenário, não se associando às comemorações. Oliveira Martins não acreditava nas suas possibilidades regeneradoras e denunciava os seus fundamentos positivistas. Oliveira Martins critica sobretudo a apropriação republicana de Camões (1891: 116). Para Oliveira Martins, o pensamento político d' *Os Lusíadas* é o do Velho do Restelo e a ideia de governo que preconiza corresponde ao pensamento clássico da monarquia universal. Aliás, segundo Oliveira Martins não se pode compreender a Renascença sem o fundamentalismo religioso (contra judeus e mouros) e sem o imperialismo político.

Por seu lado, Antero escrevia em 1881, no *Almanach Litterario e Charadistico*, um curto texto a propósito do Tricentenário, considerando que o epitáfio camoniano mostrava que nem depois de morto ele era compreendido, "e justamente por aquelles que se apregoam herdeiros e interpretes do seu pensamento", razão pela qual achava que *Os Lusíadas* seriam um símbolo que "o futuro deixará eternamente vazio", fazendo assim uma crítica aos promotores das comemorações (1926: 309). Contrariando o optimismo teofiliano, considera que *Os Lusíadas* aclamam "a glória e o génio dum povo, no momento preciso em que essa glória se eclipsa", sendo o epitáfio da nação: "Ha nações para as quaes a Epopeia é ao mesmo tempo o epitaphio." (*ibid*.).

Trata-se, no fundo, de uma crítica de fundo à imagem camoniana transmitida pelas comemorações, que, apesar do seu aspecto plural, teve uma presença dominante de elementos positivistas e republicanos, o que motivou Bordalo Pinheiro a elaborar a célebre caricatura em que a estátua de Camões aparece com um barrete frígio, agradecendo ao governo e ao rei a sua republicanização.

Em 1891, Oliveira Martins escrevia que "Infelizmente, doze annos de factos mostraram que o enthusiasmo de 1880 ardeu como a palha", num clarão efémero, pois tinha falhado "a lenha do sacrifício, abnegação e arrependimento", desfecho que já previa em 1880 (1891: VIII-IX). Diferente era a opinião de Teófilo, que em *As Modernas Ideias* mantinha a convicção de que o Centenário de Camões era o ponto de partida de uma época de revivescência nacional, apesar de nesse espaço de doze anos se ter assistido ao aumento da ruína económica, à desorientação dos partidos e à promulgação de leis repressivas. Para Teófilo, os efeitos do Tricentenario não podiam ser imediatos nem gerar uma transformação social rápida e miraculosa, mas eles far-se-iam necessariamente sentir em épocas posteriores, na medida em que a vida das sociedades e a forma política não eram

solidárias. Segundo Teófilo, Portugal ainda passaria por situações mais angustiosas: "não é isso decadencia, mas o doloroso trabalho de regenerescencia." (1892, II: 436).

Nesta conversão simbólica, Camões é politizado, imbricando-se nas lutas ideológicas do século XIX. Mas, não é menos verdade que desde a Geração de 70, passando pelo ultra-romantismo, neogarrettismo, decadentismo, saudosismo, integralismo, etc., Camões passou a simbolizar a "alma nacional" em busca da regeneração da pátria, imersa numa decadência plurissecular, numa "apagada e vil tristeza". *Os Lusíadas* transformaram-se assim num poderoso elemento de identificação nacional, contribuindo para um certo sentimento de solidariedade nacional. Era, no fundo, esta "con/sciência" nacional (o "imaginário nacional") que os promotores do Tricentenário e muitos outros intelectuais portugueses desejavam instituir e divulgar.

Bibliografia:

Teófilo Braga, *História de Camões*, Porto, 1873; *Bibliographia Camoniana*, Lisboa, 1880; *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas,* Porto, 1884; *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, 1891; *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, 2 vl.s, Porto, 1892; *Camões. A Obra Lyrica e Épica*, Porto, 1911; *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa – II Renascença*, Porto, 1914; J. P. de Oliveira Martins, *Camões, Os Lusiadas e a Renascença em Portugal*, Porto, 1891; Antero de Quental, *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portugueza*, Porto-Braga, 1872; *Prosas II*, Coimbra, 1926.